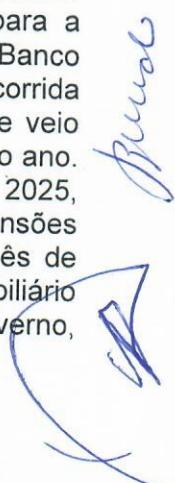


ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS Nº 03 DE 25 DE MARÇO DE 2025

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de março de 2025, às 16h00min, nesta cidade de Janaúba, Minas Gerais, reuniu-se na sede do PREVIJAN, o Comitê de Investimentos deste Instituto, presentes o Sr. Adalberto Mendes Lopes, a Sra. Maria Solange Barbosa, a Sra. Jacqueline Martins Oliveira e o Sr. Edvaldo José da Silva (Diretor Presidente). A reunião iniciou-se com o Relatório de Investimentos do Instituto, referente à competência de fevereiro/2025, acerca do enquadramento, retorno sobre os investimentos, distribuição dos ativos por instituições financeiras, distribuição dos ativos por subsegmentos, retorno da carteira de investimentos versus meta de rentabilidade, evolução patrimonial, APR'S, análise de risco da carteira de investimentos e suas particularidades, que após análise foram aprovados pelos membros. Em seguida foi discutido o cenário econômico interno e externo, e sugestões para aplicações financeiras disponibilizados pela assessoria financeira do Instituto. Em fevereiro, o cenário econômico brasileiro foi marcado por volatilidade no câmbio, aceleração da inflação e sinais mistos na atividade econômica. O dólar encerrou o mês cotado a R\$ 5,89, registrando uma desvalorização de 1,37% do real, refletindo não só fatores domésticos, mas também revisões sobre a política monetária dos EUA e incertezas ligadas à política comercial do país. No Brasil, o fluxo cambial apresentou uma saída líquida de US\$ 256 milhões em fevereiro, refletindo principalmente um déficit de US\$ 5,163 bilhões no canal financeiro. A inflação voltou a acelerar com o IPCA-15 subindo 1,23% em fevereiro, a maior alta desde abril de 2022. O avanço mensal foi pressionado pelo aumento de 16,33% na energia elétrica residencial, reflexo do fim do bônus aplicado na conta de luz em janeiro. Além disso, o grupo Educação teve reajustes nas mensalidades escolares, enquanto a Alimentação continuou pressionada por altas nos preços de produtos como café e hortaliças. O resultado oficial referente ao PIB do Brasil em 2024 foi divulgado no último dia 07 e indicou crescimento econômico de 3,6% no quarto trimestre, acumulando alta de 3,4% no ano. No ano, o avanço foi impulsionado por serviços (+3,7%) e indústria (+3,3%), enquanto a agropecuária caiu 3,2%. Pelo lado da demanda, o consumo das famílias avançou 4,8% e os investimentos cresceram 7,3%, refletindo maior confiança empresarial. O comércio exterior teve um crescimento de 5,4% nas exportações, com destaque para petróleo, soja e minério de ferro, enquanto as importações subiram 4,5%, impulsionadas por fertilizantes, medicamentos e bens de capital. O mês de fevereiro também foi desafiador para a economia dos Estados Unidos. Ao longo do mês, o governo Trump intensificou seu discurso protecionista, anunciando revisões tarifárias contra China, México e Canadá. A rápida resposta dos países ao implementar tarifas recíprocas intensificou as tensões comerciais entre as nações, elevando a volatilidade nos mercados. Aliado a isto, o governo dos EUA segue implementando políticas migratórias mais rígidas, as quais podem trazer efeitos deletérios à conjuntura macroeconômica do país. A Ata da última reunião do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc) mencionou as medidas adotadas pelo governo como fator relevante para a alta da inflação. A indústria da zona do euro avançou ligeiramente acima das previsões, conforme dados do PMI. Já o setor de serviços apresentou queda maior do que a esperada no mês de fevereiro. Apesar da melhora, a persistente crise no setor manufatureiro continua a pressionar o crescimento do bloco. Além disso, os desafios enfrentados pela Alemanha, maior economia da região, com eleições antecipadas e debates sobre a flexibilização do limite de endividamento, potencializam as dificuldades para a recuperação econômica do bloco. Ainda que a inflação se encontre acima da meta, o Banco Central Europeu resolveu novamente cortar os juros, para 2,5% ao ano, na reunião ocorrida no início de março. O movimento se trata da sexta redução desde junho de 2024 e veio conforme a previsão do mercado, que espera pelo menos mais dois cortes até o fim do ano. Contudo, a autoridade monetária, que espera estimular a recuperação econômica em 2025, não antecipou novos cortes em meio a um cenário de incertezas derivadas das tensões comerciais com os Estados Unidos. A atividade econômica da China encerrou o mês de fevereiro com crescimento nos setores industrial e de serviços, enquanto setor imobiliário permanece em crise, mesmo com injeções bilionárias de recursos efetuadas pelo governo,



indicando uma dificuldade de crescimento mais forte da economia. A deflação maior do que a esperada, com uma taxa anualizada de -0,7%, corrobora com a dificuldade de aceleração da economia chinesa em relação à política monetária, o banco central chinês manteve as taxas de juros inalteradas em fevereiro, argumentando que ajustaria sua política monetária no momento apropriado para apoiar a economia. Concomitante a isso, ao longo do mês, a China endureceu seu discurso a respeito da escalada da guerra comercial, implementando tarifas sobre produtos agrícolas e energéticos dos Estados Unidos. Fevereiro foi um mês desafiador para os mercados financeiros, com desempenho modesto na renda fixa e perdas na renda variável. Entre os ativos de menor risco, o IRF-M 1 (1,01%) e o CDI (0,99%) tiveram os melhores retornos, enquanto índices de maior duration, como o IMA-B 5+ (0,41%) e IRF-M 1+ (0,36%), registraram ganhos mais modestos. Os movimentos refletiram as expectativas para inflação e juros. Na renda variável, o Ibovespa caiu 2,64%, acompanhando a fraqueza dos mercados globais. O S&P 500 recuou 1,42%, impactado pelas incertezas sobre a política monetária dos EUA e as novas tarifas comerciais. O Global BDRX, por sua vez, caiu 2,80%, influenciado principalmente pelo maior peso das empresas de tecnologia, que se desvalorizaram no período. O cenário segue volátil, com os investidores atentos aos desdobramentos econômicos globais e às perspectivas para os juros no Brasil e no exterior. Diante do cenário de juros altos, a opção por investimentos mais conservadores, como fundos atrelados ao CDI, continua em evidência, uma vez que esses ativos têm entregado retornos alinhados à meta atuarial. Com as previsões de novos aumentos na Selic, espera-se que o retorno dessa classe de ativos supere a meta em 2025. Por fim, o aumento nas taxas de rentabilidade dos títulos nos últimos meses tem tornado mais atraente a compra direta de títulos públicos e letras financeiras, assim como o investimento em fundos de véspera, que continuam a oferecer retornos superiores à meta atuarial dos RPPS. Além de ultrapassar a meta, a compra direta de títulos permite a marcação na curva, o que contribui com a gestão de riscos ao reduzir a volatilidade da carteira. Após análise do relatório e discussões decidiu-se realizar as seguintes transações financeiras: resgates: 2,9 milhões de reais do fundo de investimentos BNB IMA-B; 01 milhão de reais do fundo de investimentos CAIXA IRF-M1; 2,1 milhões de reais do fundo de investimentos Santander IMA-B, 1,3 milhões de reais do fundo de investimentos BB PERFIL; 1,8 milhões de reais do fundo de investimentos Itaú ALOCAÇÃO DINAMICA; e aplicações: 1,8 milhões de reais no fundo de investimentos ITAÚ SOBERANO; 2,9 milhões de reais do fundo de investimentos BNB SOBERANO; 2,6 milhões de reais do fundo de investimentos BRADESCO PREMIUM REF DI; 2,1 milhões de reais no fundo de investimentos SANTANDER PREMIUM RF DI. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que vai assinada por todos.

Jaqueleine Martins Oliveira
Gestor de Recursos

Maria Solange Barbosa
Membro

Adalberto Mendes Lopes

Membro
Edvaldo José da Silva
Diretor Presidente